

Artigo

A economia agropecuária brasileira. O que fazer?

Dinamização do setor agropecuário teria efeitos positivos, por sua capilaridade, sobre toda a economia

São notórios os inúmeros fatos e estatísticas que apontam e comprovam o sucesso da agropecuária empresarial brasileira. Entre 1990 e 2015, o saldo comercial total do Brasil atingiu US\$ 380 bilhões, mas somente foi positivo porque a agropecuária contribuiu com US\$ 942 bilhões nesse período, enquanto a contribuição dos demais setores econômicos foi negativa em US\$ 562 bilhões, assim indicando um setor que tem sido, de fato, a salvação da economia brasileira. Essa é uma das evidências acerca do novo sistema agroalimentar brasileiro, fortemente movido pela busca permanente da produtividade, a excelência produtiva e a eficiência econômico-financeira.

Apresenta-se nesse breve documento um conjunto de proposições sobre ações consideradas urgentes. Espera-se que possam ser discutidas e implantadas e seu foco primordial é a economia agropecuária brasileira. São argumentos oferecidos às autoridades do País como contribuição para o enfrentamento da atual crise econômica e se referem a ações assentadas em dois pressupostos determinantes. Primeiramente, a verificação de ser gigantesca a crise fiscal e, em consequência, os recursos disponíveis são (ainda mais) escassos e, necessariamente, as iniciativas precisarão conformar-se a uma rígida escala de prioridades. Em segundo lugar, a certeza de ser a dinamização produtiva do setor agropecuário uma das principais vias de superação da atual crise econômica (senão a principal), por seus efeitos de capilaridade virtuosa em todo o restante da economia, também influenciando positivamente inúmeras regiões do interior.

Os temas propostos são concisamente apresentados a seguir e organizam-se em torno de eixos estratégicos, os quais sustentam que a economia agropecuária e suas organizações, em associação com as iniciativas governamentais, devem:

- (i) Fomentar o crescimento produtivo e ampliar o comércio global, assegurando assim que o setor possa manter seu indiscutível papel positivo na economia, sobretudo em um período de crise;
 - (ii) Estimular os investimentos, desde aqueles em torno das cadeias produtivas, incluindo a recuperação do setor de bioenergia, ou então aqueles destinados à infraestrutura logística;
 - (iii) Mitigar tensões sociais no campo, a partir de uma forte estratégia de debates públicos com as diversas organizações e os atores sociais envolvidos;
 - (iv) Liderar a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, a qual possa ser posta efetivamente em execução a partir de 2017-2018.
- São os seguintes os principais temas e as propostas sugeridas:

1. Produção e comércio

(a) É urgente estabelecer prioridades (em face dos recursos escassos) no tocante ao aperfeiçoamento rápido da infraestrutura que maximize o crescimento sustentável e sustentado do setor nos próximos anos. Uma agenda que sinalize o rol de obras que realmente serão concluídas, estimulando novos investimentos dentro e fora da porteira. Essa agenda incluiria, prioritariamente, ajustes e ampliação do programa de financiamento destinado à construção de armazéns privados; o encaminhamento



Estratégia. A dinamização produtiva do setor é uma das principais vias de superação da atual crise econômica

da solução definitiva da expansão e da qualidade da malha viária que liga o Centro-Oeste aos portos e pontos de embarque e, finalmente, a modernização dos portos de exportação;

(b) Concretizar uma ação de colaboração estatal e privada efetivamente agressiva em relação aos mercados de exportação, realizando esforços de conhecimento acerca da segmentação desses mercados em termos dos níveis de renda e as características das demandas diferenciadas. As exportações são hoje concentradas em matérias-primas de baixo ou nenhum processamento agroindustrial. Os objetivos principais são dois: elevar a participação de produtos industrializados na pauta de exportações e, adicionalmente, adensar as cadeias produtivas, gerando mais emprego e renda no País, desenvolvendo capacidades que permitam ao Brasil produzir e exportar produtos portadores de mais tecnologia e inovações, mais valorizados nos mercados internacionais do que as commodities;

(c) Estabelecer programas de estímulos (creditícios ou de outra natureza) destinados ao aumento da produção sustentável, baseada fundamentalmente em ganhos de eficiência e elevação da produtividade. Para esse intento, entretanto, são necessários esforços muito mais criativos e decisivos para oferecer novas fontes de financiamento para a agropecuária, em face do visível esgotamento relativo da via convencional de mobilização de recursos para assegurar o Plano Safra, em cada ano;

(d) Garantir a permanência nos mercados internacionais já conquistados, mas ensejando esforço mais robusto para conquistar a exportação de mercadorias agropecuárias brasileiras também em novos mercados. Apenas por essa via será possível incluir economicamente um número crescente de produtores rurais brasileiros, pois o crescimento do mercado interno é mais lento e a exportação é a única saída de curto prazo para uma proporção expressiva de produtores de tamanho médio;

(e) Sob tal estratégia, uma ação de maior agressividade no confronto com as barreiras comerciais ainda existentes, sempre ressaltando que o comércio externo é absolutamente fundamental e não pode falhar, pois, se assim não for, destruiria tudo o que já foi conquistado em termos da modernização da agropecuária brasileira;

(f) Atualmente, uma pequena proporção de produtores rurais responde por 90% do total da produção agropecuária, com parcela considerável dedicada à venda nos mercados externos. Embora tecnologicamente muito avançados, precisam ser acompanhados pelo Estado brasileiro, pois se forem bem-sucedidos em sua integração aos mercados globais, também estarão assegurando o abastecimento interno com solidez. Para tanto, é preciso intensificar o diálogo e as parcerias com o setor privado da agropecuária.

2. Desafios estratégicos (principais) dentro da porteira

(a) No tocante aos estabelecimentos rurais mais modernizados, o objetivo, de curto a médio prazo, será concretizar em proporções crescentes uma “agricultura de precisão”, expressão que sugere a combinação de diversas tecnologias, inclusive de gestão, as quais poupem recursos naturais, maximizem as sinergias internas aos estabelecimentos, potencializem a eficiência tecnológica e econômica e ampliem as chances de rentabilidade final da atividade. A agricultura de precisão é o fundamento econômico e técnico da intensificação sustentável na agricultura moderna;

(b) A agricultura brasileira está submetida a um contexto de intensa concorrência que, se por um lado, tem operado como força motriz para a elevação dos patamares de produtividade e o fomento às inovações, por outro, também tem produzido processos nítidos de darwinismo social. É preciso difundir mais informações para minimizar as imperfeições de mercado e oferecer mais chances de sobrevivência aos produtores de menor porte econômico;

(c) É preciso avançar muito mais na concretização de uma “agropecuária sustentável”. Os avanços notáveis em produtividade têm garantido efeitos poupa-recursos (especialmente no que diz respeito ao uso da terra), além de aprofundar a consciência ambiental dos produtores. O Código Florestal, no geral, foi um avanço para esse objetivo, mas é preciso realizar mais para garantir a eficiência econômica e produtiva em correspondência com a sustentabilidade ambiental;

3. Estado e políticas para as regiões rurais

(a) Estabelecer uma lógica de ação governamental muito mais consistente e consequente. A existência de dois ministérios competidores entre si, um dedicado à agricultura empresarial e o outro aos produtores mais pobres, perdeu o seu significado. Propõe-se a extinção de ambos, o Mapa e o MDA, e a constituição de único ministério, o qual poderia ser intitulado Ministério do Desenvolvimento Rural. O novo ente público poderá criar sinergias operacionais, reduzir custos e estabelecer uma estratégia de ação governamental que interrompa a divisão social e, pelo contrário, estimule as formas de cooperação entre os produtores, sobretudo as organizacionais;

(b) A política de redistribuição de terras mostrou-se incapaz de oferecer chances econômicas às famílias rurais mais pobres e não alterou os índices de concentração fundiária. Como não existe mais demanda social pelo acesso à terra, a extinção do Incra é uma consequência lógica e deveria ser substituído por um Instituto de Terras, conforme propõe o sindicato dos técnicos da autarquia;

(c) Os assentamentos rurais deverão ser objeto de políticas públicas únicas destinadas ao grande público dos pequenos produtores (a chamada “agricultura familiar”), sendo abandonada a distinção programática e de po-

ALEX SILVA/ESTADÃO-16/3/2016

líticas diferenciadas entre as categorias de produtores;

(d) O Estado precisa organizar mais eficientemente um serviço de defesa sanitária, assegurando a proteção da produção, mas minimizando os riscos sanitários, introduzindo cuidados que os mercados e a população exigem e, assim, reduzindo ao mínimo as ameaças desse campo;

(e) Em relação às políticas mais tradicionais que fazem parte do cardápio atual do Mapa e do MDA, a maioria delas precisa sofrer uma atualização correspondente às transformações estruturais recentes da agropecuária, pois estão obsoletas. Para isso, é urgente o desenvolvimento de um conjunto de mudanças administrativas, no âmbito do Estado e na esfera privada, para criar uma genuína agenda de ações nas regiões rurais que possa promover a prosperidade social, com equidade, inclusão produtiva e sustentabilidade. Como são muitas as recomendações sob esse foco, registre-se nesta parte apenas a proposição geral relativa à necessidade de mudar substancialmente a ação governamental;

(f) A agropecuária é uma “ilha cercada de riscos”. Precisamos de mecanismos de gestão de riscos sustentáveis para todos os envolvidos: produtores, Estado e indústria de seguro. Não obstante a crise fiscal, o seguro agrícola pode ser consolidado no País, também aperfeiçoando as demais ferramentas de gestão de risco;

(g) Assim como ocorre em outros países que ostentam uma agropecuária forte, como é o caso dos Estados Unidos, o Brasil deveria também instituir e atualizar regularmente sua lei agrícola, organizando normativamente o funcionamento da ação governamental e justificando o conjunto de políticas existentes;

4. Desafios estratégicos (principais) fora da porteira

(a) É preciso estabelecer diversas iniciativas e esforços, ainda que sob projetos-piloto, em regiões determinadas e sob focos específicos, para desenvolver a miríade dos novos produtos que estão sendo propostos. Desde os biocombustíveis de novas gerações aos plásticos biodegradáveis que talvez possam ser gerados pelo setor alcool-químico, dos alimentos nutracêuticos à nanucelulose;

(b) Um esforço de urgência estratégica se relaciona ao conhecimento fino das demandas dos consumidores oriundas dos múltiplos mercados, seja o interno ou os mercados globais. São demandas diferenciadas decorrentes da difusão da informação, de um lado, e da elevação dos níveis de renda, por outro lado. O Brasil poderá ser um dos maiores beneficiários desse conhecimento sobre os novos mercados e as novas demandas atualmente sendo apresentadas.

5. O desafio estratégico redistributivo – a nova forma da questão social

(a) Uma alta proporção de estabelecimentos rurais (algo entre 75%-85% do total) ficou à margem do processo de modernização produtiva, sendo muito pobres. A tecnologia moderna, mesmo quando acessível, não tem sido o caminho econômico para esses produtores rurais. Atualmente, seu maior desafio é o organizacional, o que permitirá a esses pequenos estabelecimentos rurais vender seus produtos competitivamente, igualmente comprando insumos em condições mais favorecidas. Por essa razão, um esforço forte e efetivo necessita ser incentivado em relação à multiplicação das cooperativas, beneficiando-se das experiências bem-sucedidas já existentes, especialmente no sul do Brasil, pois poderão servir de modelos para regiões e

atividades nas quais se concentrem atividades agrícolas mantidas por pequenos produtores. Minimizar a pobreza rural vai demandar a combinação de diversas ações, sobretudo públicas, para criar mais oportunidades para as famílias rurais afetadas;

(b) Deve-se desenhar, com urgência, uma estratégia específica para o Nordeste rural, onde se concentra a metade das famílias rurais consideradas tecnicamente pobres. A ação deverá combinar iniciativas agrônômicas e produtivas, assistência técnica apropriada, esforços para garantir acesso à água, assim como políticas públicas de sustentação de renda mínima, as quais garantam melhores condições de vida;

(c) Se não for desenhada uma estratégia correta destinada a esse vastíssimo grupo social de pequenos produtores, atualmente encurralado pelas forças econômicas e pelos processos sociais e demográficos nas regiões rurais, o Brasil poderá repetir, no próximo decênio, o mesmo fenômeno ocorrido nos Estados Unidos, entre o pós-guerra e até o fim da década de 70, que foi a eliminação de pouco mais da metade dos imóveis rurais existentes.

6. Ações de médio prazo: pesquisa agrícola e legislação trabalhista

(a) A agropecuária brasileira, particularmente nas regiões mais dinâmicas e em seus ramos produtivos de maior densidade monetária, é movida celeremente pelo conhecimento científico e a sua tradução prática em inovações e novas tecnologias. A pesquisa agrícola é um pressuposto essencial à continuidade do processo de aperfeiçoamento produtivo do setor. Mas o chamado “sistema nacional de pesquisa agrícola” (a Embrapa e os organismos estaduais de pesquisa agrícola) precisa passar por uma reestruturação que o faça mais convergente com as exigências atuais do crescimento agropecuário. São urgentes as medidas de desburocratização da pesquisa agrícola, realizando-se esforço que concretize as chances de promover atividades mais ágeis, sem a problemática camisa de força que atualmente tolhe o desenvolvimento do setor. A Anvisa, por exemplo, precisa ser capaz de aprovar muito mais rapidamente as novas ofertas tecnológicas, de moléculas aos diferentes processos inovadores que promovam a integração virtuosa entre a ciência e a produção;

(b) Especificamente em relação à Embrapa, duas exigências em relação ao período vindouro são necessárias. A primeira delas é instituir normativamente um processo de ocupação de seus cargos dirigentes que seja essencialmente público, transparente e fundado exclusivamente no mérito. O segundo tema diz respeito ao forte investimento que a Empresa deveria realizar no campo da “biologia pura”, pois é campo multidisciplinar no qual as tendências de transformação produtiva mais têm avançado;

(c) Um desafio igualmente problemático e que somente produzirá resultados no médio prazo diz respeito à legislação trabalhista, em face da natureza distinta das atividades agropecuárias. A legislação não atende a essas especificidades e, também, às mudanças que vêm ocorrendo no campo, as quais exigiriam adaptações diversas. Esse é tema de difícil discussão política, mas precisará ser enfrentado nos anos vindouros, como uma exigência para a continuidade da modernização do setor.

*
ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN
ECONOMISTA E PESQUISADOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

ARNALDO JARDIM
ENGENHEIRO CIVIL, ATUAL SECRETÁRIO DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO

ELISEU ALVES
ECONOMISTA E PESQUISADOR DA EMBRAPA

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS
ECONOMISTA E DIRETOR PRESIDENTE DA MB ASSOCIADOS

OCTACIANO NETO
SOCIÓLOGO E ATUAL SECRETÁRIO DA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO

ZANDER NAVARRO
SOCIÓLOGO E PESQUISADOR DA EMBRAPA

AVALIAÇÕES

Valores de mercado (venda ou locação) de imóveis urbanos e rurais em todo o País. Credibilidade e experiência conquistadas por mais de 40 anos de independência, sigilo e isenção. Solicite orçamento também para avaliações patrimoniais e ativos industriais.



Telefones: (11) 3665-1590 | (11) 3663-0144
E-mail: avalia@embraesp.com.br